



CORRE CAMPO

CAMPANHA SALARIAL IPA/PERPART 2016/2017

SINTAPE visita unidades para construção da pauta



PÁG. 03



A diretoria do Sintape, dividida em duas equipes, percorreu todas as unidades do IPA e Perpart situadas no interior, entre os dias 18 e 22, para discutir com os empregados das duas instituições, a pauta referente à Campanha Salarial 2016/2017. Nos encontros, os diretores anotaram as demandas locais e os principais problemas apontados pela categoria como pontos a serem reivindicados ao Governo do Estado. A pauta foi finalizada após a avaliação de todas as reivindicações e apresentada aos trabalhadores para a aprovação, em assembleias gerais realizadas no dia 28 de julho no IPA e na Perpart. As negociações com as duas instituições já foram iniciadas e serão levadas para a mesa específica com a Secretaria de Administração (SAD). **Pg 03**

CPRH e Apac



Governo pede para avaliar pauta e estende prazo das negociações

PÁG. 04

Acorda!

ACORDA!!!



Saiba o que o Governo Federal está tramando para o trabalhador no país

PÁG. 05

Em Rondônia



Sintape e Asser-PE presentes em reunião da Faser

PÁG. 07

Olho Vivo

ISTO É UM ASSALTO!!!



Apac e CPRH clamam por segurança!

PÁG. 08

Editorial



Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural em tempos de Crise!

Destaque mundial por suas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, construído ao longo dos últimos 13 anos a Agricultura familiar brasileira ainda é cheia de desafios, foi o que ressoou durante a segunda Conferência Nacional de Ater. Há no Brasil cerca de 4,8 milhões de Agricultores familiares e embora tenhamos aparentemente um sistema institucionalizado voltado para este público, ainda há muito que se fazer. O Brasil foi capaz de criar dois sistemas singulares de produção no campo. O do Agronegócio, voltado às commodities, capaz de exportar e gerar enormes divisas comerciais, se tornando âncora da economia brasileira e a Agricultura familiar, que produz mais de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Isso tem chamado as atenções de diversos países do mundo, levando a FAO, a FIDA e a ONU, a empreenderem visitas técnicas e

promover debates calorosos, sobre como combater a fome e a pobreza mundial.

Porém, se com a existência do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), as coisas já se mostravam ao nosso ver, frágeis e inconsistentes, com a sua extinção e esfacelamento da equipe técnica vemos com muita preocupação o fato de termos com o fim do MDA, o fim de um período em que ainda éramos modelo e hoje nos tornamos preocupação! A instituição de uma Secretaria ligada à Casa Civil, sem poderes, sem recursos, sem equipe e apoios para implementar políticas específicas e necessárias como o Pronaf, PAA, PNAE e outras; embora tenhamos um Secretário Especial oriundo da Extensão Rural, uma possível diretoria da Anater composta por extensionistas e apoio da Asbraer, mas sem recursos, parecem tornar cada vez mais distante a possibilidade de vermos o Agricultor familiar brasileiro incluído no processo de desenvolvimento rural.

Se no cenário nacional não temos perspectivas animadoras, no âmbito estadual as coisas são ainda mais complicadas: Durante os anos passados fomos tímidos na implementação das políticas públicas de Ater, não tivemos apoios políticos

necessários para tornar a Extensão Rural e a Pesquisa Agropecuária, essenciais ao nosso rural, a Política Nacional de Ater- PNATER, foi esquecida e outras como a PLANAPO, PNDR, PNRA, sequer são conhecidas dos agricultores, políticos e até mesmo por muitos profissionais do setor. O que isso acarretou? Profissionais desmotivados, ausência de qualificação e capacitação, além de uma estrutura arcaica, pesada e impositiva, sem a construção de metodologias participativas, sem respeito ao meio ambiente e ao conhecimento endógeno dos povos e tradições, incapazes de promover uma sociedade mais justa, participativa e inclusiva, onde as ações sejam de caráter transformador em um processo holístico de interação social. O que chamo de Planejamento reverso, onde ano após ano; o estado se ausenta e oferece menos condições de trabalho.

O que fazer para atender o clamor dos 275 mil agricultores familiares do nosso Estado, quando operacionalmente temos capacidade de atender apenas 43 mil? O que fazer para gerar tecnologias e práticas agrícolas inovadoras capazes de atender as demandas do nosso rural? O que estamos gerando de boas práticas diante de um cenário

onde os desafios climáticos e sociais se aprofundam?

Em tempos de crise necessitamos urgentemente nos reprogramar e buscar alternativas capazes de reverter situações. Há muito, o Sintape vem sugerindo em seus diversos espaços a necessidade de rediscutirmos o segmento agrário e ambiental de Pernambuco, isso nos Conselhos e nos debates. Temos também discutido a necessidade de rever modelos operacionais. A sociedade exige modelos mais pragmáticos. Precisamos colocar dedos nas feridas, quebrar paradigmas, ser proativos e ter coragem para mudar!

Durante a formatação da pauta do IPA e Perpart, o que verificamos é a necessidade urgente de fazermos essa discussão. Que pesquisa estamos realizando? E para quem? Que Extensão Rural estamos oferecendo? Que modelo ou tipo de extensão queremos ofertar? Que compromisso temos tido com o meio ambiente?

Manoel Saraiva
Presidente do Sintape

Expediente

JORNAL CORRE CAMPO

Uma publicação do Sintape - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco.

Fundado em 06 de outubro de 1989.

Jornalista responsável:
Rosângela Araújo - DRT: 1156/98

Projeto Gráfico e Diagramação:
Lee Marvin - @leemarvinlira

Tiragem:
2 mil exemplares



Rua Dr. João Lacerda, 350 | Cordeiro - Recife, Pernambuco, Brasil. CEP 50711-280

Fones: (81) 3445.1648

www.sintape.org.br

www.twitter.com/sintape

contato@sintape.org.br



// Agosto de 2016

DIRETORIA:

Presidente: Manoel Saraiva Marques (IPA) Vice-presidente: Antonio Fernando S. Pinheiro (Perpart) Secretário Geral: George Luiz de Oliveira (IPA) Suplente de Secretário Geral: Mallon Sampaio da Rocha (IPA) Diretor Financeiro: Antonio A. Fonseca Barros (Perpart) Suplente de Diretor Financeiro: Azarias de Assis Moreno (Perpart) Diretor de Imprensa: Carlos Alberto Vilela Barbosa (Perpart) Suplente de Diretor de Imprensa: Ademir Damião dos Santos (CPRH) Diretor Jurídico: Regivaldo J. Vitor da Silva (IPA) Suplente de Diretor Jurídico: Carlos Henrique da Costa (IPA) Diretor de Esportes: Aminadable Moreira da Silva (Perpart) Suplente de Diretor de Esportes: Adeildo Barbosa da Silva (Perpart) Diretor de Formação Sindical: Adailton Severino de Melo (IPA) Suplente de Diretor de Formação Sindical: Myrna Lúcia Ávila (CPRH) Diretoria de Patrimônio e Filiação: Maria Luciene Albuquerque (IPA) Suplente de Diretoria de Patrimônio e Filiação: Silvânia Maria da Silva (APAC).

CONSELHO FISCAL:

Efetivos: 1. Vilma Elias Monteiro (Perpart) 2. Genildo Silva do Nascimento (Perpart) 3. José Carlos dos Santos (IPA) Suplentes: 1. Sandra Lúcia de Lima (IPA) 2. Marília do Socorro Godoy (Adagro) 3. Carlos Marcelo Melo Machado (Perpart).

Campanha Salarial IPA/PERPART

Sintape visita unidades e conclui pauta de reivindicações 2016/2017



Após cumprir cronograma de viagens pelo interior, Sintape finalizou as pautas em assembleias, dia 28 de julho, e iniciou negociações com as diretorias dos dois órgãos

A diretoria do Sintape, dividida em duas equipes, percorreu todas as unidades do IPA/Perpart situadas no interior, entre os dias 18 e 22, para discutir com os empregados das duas instituições, a pauta referente à Campanha Salarial 2016/2017. Nos encontros, os diretores anotaram as demandas locais e observaram os principais problemas apontados pela categoria como pontos a serem reivindicados. As pautas do IPA e Perpart foram finalizadas no dia 28 de julho, em assembleias gerais nas sedes das duas instituições, no Recife.

As pautas já foram encaminhadas para as direções do IPA e Perpart e as reuniões para a negociação já iniciadas nas duas instituições, conduzidas pelo sindicato e acompanhadas por comissões de empregados eleitos para participarem do processo. Para a construção delas, o sindicato envolveu mais de quatrocentos empregados nas visitas às Gerências Regionais e Estações Experimentais em todo Estado. Nessas reuni-

ões, elencou as cláusulas que já haviam sido apresentadas e não negociadas na campanha de 2015 e coletou novas sugestões para a composição do novo documento. Esse trabalho culminou nas assembleias, nas quais foram analisadas as sugestões apresentadas, aprovadas ou não, e incluídas novas, uma vez que as assembleias são o fórum adequado para aprovação da pauta final.

Em maio deste ano, o Sintape já havia visitado essas unidades para mostrar as dificuldades que o Governo vem apresentando nas negociações das datas-bases das duas categorias. Os secretários de Estado têm usado como argumento nas mesas gerais com os sindicatos e associações, a insuficiência nas arrecadações para atender os reajustes propostos pelas entidades sindicais, mostrando as perdas de receitas e recolhimentos de tributos, além da diminuição do Fundo de Participação que o Estado tem direito.

A postura do Governo nos

causa preocupação porque avaliamos como um péssimo sinal esse posicionamento, pois tivemos na negociação do ano passado, zero por cento de reposição. “O Governo somente concedeu à categoria, algumas vantagens nas cláusulas sociais, como tickets alimentação, auxílio creche, auxílio educação, material escolar e outras”, argumenta o diretor do Sintape, George Luiz de Oliveira.

Diante do negativismo do Governo, a diretoria achou prudente realizar seminários regionais no intuito de mobilizar a categoria para a luta, já que a situação prevê grandes dificuldades, sem perspectivas de boa negociação. “É de grande importância a participação de todos nas manifestações em defesa das reivindicações da pauta”, lembra Regivaldo Victor, diretor jurídico do Sintape. O Sintape não concorda que o Governo, através da SAD, na pessoa do secretário Milton Coelho, se apegue tanto à crise para deixar de cumprir com o calendário de pagamentos dos servidores do Estado,

atrasando os salários dos trabalhadores, que já acumulam dívidas por falta de dinheiro. Será que ele está disposto a pagar os juros atrasados das contas? Ora, se nem os salários em dia paga, outros benefícios seriam milagres!

Colocar como desculpa que o Estado já está no limite prudencial com a folha de pagamento em se tratando da Lei de Responsabilidade Fiscal, não convence. “Companheiros, é o momento de mostrarmos para o Governo que somos fortes e essenciais para os agricultores. Portanto, vamos nos mobilizar e participar das atividades. Pressionar. Fazer valer nossa força em defesa dos nossos direitos!”, conclui Manoel Saraiva, presidente do sindicato.

Vamos à luta para manter nossas conquistas e ampliá-las. Com isso, valorizamos mais o nosso emprego e podemos trabalhar satisfeitos com conquistas adquiridas e garantidas!

**A luta continua
companheiros!**

CPRH e Apac

Governo pede para avaliar pauta e estende prazo das negociações



A maioria dos pontos foi negada pelo Governo e aqueles com possibilidades de serem atendidos foram para análise

As pautas de reivindicações dos trabalhadores públicos da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) e Agência Pernambucana de Águas e Climas (Apac), com o Governo do Estado, não conseguiram ser fechadas nas Mesas Específicas realizadas pela Secretaria de Administração (SAD), com o Sintape e representantes das duas agências. A maioria dos pontos foi negada pela esfera governamental e aqueles com possibilidades de serem atendidos, foram para a análise no setor de gestão de pessoas e de finanças da pasta.

A análise será feita até o final de setembro, quando é fechado o balanço orçamentário do Governo do Estado. As mesas para apresentar as respostas às duas categorias devem acontecer em outubro. Na pauta da CPRH, o secretário se propôs apresentar uma posição sobre:

1. Celebração de seguro de vida para o corpo funcional;
2. Pagamento da gratificação de risco de vida para os fiscais celetistas;
3. Incorporação do tempo de serviço público para os(as) estatutários(as) não acobertados pela Lei Estadual N° 200/2011.

No dia 22 de junho, o Sintape apresentou a pauta da CPRH à SAD e a resposta do Governo foi discutida com os servidores e empregados da agência em assembleia, realizada no dia 30 do mesmo mês. Os diretores do Sintape, Ademir Santos, Regivaldo Vitor e Adailton de Melo, conduziram a reunião. A decisão da categoria foi de aceitar a proposta do Governo, desde que houvesse as seguintes complementações:

1. Redefinição da grade de vencimento salarial da CPRH (nos moldes já apresentados na cláusula primeira da pauta de reivin-

- dicações);
2. Efetivação da avaliação de desempenho do ano de 2013, com os devidos efeitos financeiros;
3. Redução da jornada de trabalho para 06 horas, como forma de compensar indiretamente a falta de reposição salarial desde 2014.

Os pontos foram inseridos na pauta e entregues novamente à SAD. Segundo Ademir Santos, na Mesa Específica, o Governo afirmou a intenção de apresentar também até o final de setembro, um posicionamento sobre a proposta da Semas/CPRH de pagamento de um abono anualmente à categoria, com recursos da Agência, que dependerá da análise da situação financeira da CPRH a ser efetuada pela própria SAD. O dirigente sindical informou, ainda, que o Governo aceita a realização de reuniões técnicas entre SAD,

CPRH, Semas, Sindicato e comissão representativa da categoria a serem realizadas até o final de setembro para efetuar as análises e definir elucidações sobre as questões em análise.

Na pauta da Apac, o secretário de Administração informou que, alguns pontos serão tratados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a direção da Agência. São eles:

1. Constituição do Conselho Diretor da Apac;
2. Liberação dos servidores para participarem de eventos da categoria profissional.

No dia 05 de julho, o Sintape apresentou a pauta da Apac à SAD e a resposta do Governo foi discutida com os servidores da Agência em assembleia, realizada no dia 11 do mesmo mês. A decisão da categoria foi de aceitar a proposta do Governo.

A trama contra a classe trabalhadora

Saiba o que o governo golpista e a maioria dos deputados e senadores estão tramando

CONTRA OS TRABALHADORES

1 Terceirização PLC 30/2015

Esse projeto já passou na Câmara e está no Senado. O governo golpista de Temer já se comprometeu com os patrões para agilizar a votação. Se aprovado, vai permitir que uma empresa terceirize todos os seus serviços, sem exceção. Os bancos, por exemplo, vão poder terceirizar até mesmo os caixas e os gerentes se quiserem. As escolas podem terceirizar os professores e por aí vai. E todos sabem que os terceirizados recebem menos, trabalham mais e quase não têm direitos. Vai ser o inferno para os trabalhadores e o paraíso dos patrões. A terceirização escraviza, mutila e mata!

2 PEC 18/2011

Mais uma proposta para mudar a Constituição de 1988. Reduz a idade de trabalho dos jovens para 14 anos de idade. Hoje, a idade mínima é 16. Vejam só o que os golpistas querem: que o povo trabalhador se aposente apenas quanto tiver 70 anos, mas que comece a trabalhar com 14 anos!

3 Servidores Públicos PLP 257/2016

Trata do refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios com a União e prevê, entre outras coisas, a suspensão da política de aumento real do Salário Mínimo, a redução em até 30% dos gastos com servidores públicos, a implementação de programas de desligamento voluntário e licença incentivada de servidores e empregados que representem redução de despesa e a não concessão de aumento de remuneração dos servidores a qualquer título.

4 PLP 51/2007 PLS 550/2015

Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa

E tem muito mais. No total são 55 projetos de lei que ferem o trabalhador e tiram direitos históricos, conquistados com muita luta.

Esses projetos rasgam a CLT. Isso é golpe contra os trabalhadores!

5 PEC 241/2016

Altera a Constituição para congelar os gastos públicos durante 20 anos, corrigindo apenas pela inflação, sem novos investimentos. Com isso os serviços públicos (Educação e Saúde, por exemplo) ficarão muito piores e o dinheiro economizado será usado para pagamento da dívida pública, ou seja, tiram do povo para entregar aos bancos. Querem que você pague o pato! Se a proposta valesse desde 2006, por exemplo, o país teria deixado de investir mais de R\$ 500 bilhões em Saúde e Educação.

6 PL 948/2011 PL 7549/2014

Impede o empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho.

7 PL 450/2015

Cria o Simples Trabalhista com o objetivo de flexibilizar os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas, reduzir os encargos e custos da contratação, mediante acordo ou convenção coletiva específica ou, ainda, por negociação direta entre empregado e empregador, que terão prevalência sobre qualquer norma legal.

8 PL 8294/2014

Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato, ou seja, você negociando seus direitos diretamente com o patrão, sem o sindicato. Sabe quem vai perder? Claro que é você!



Fonte: CUT Nacional

#FILIE-SE
AO SINTAPE

JUNTE-SE A NÓS NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES
DE SALÁRIOS E TRABALHO. FORTALEÇA NOSSA BASE.

FILIE-SE AO SINTAPE E FAÇA PARTE DE
UMA CATEGORIA FORTE E UNIDA!

As filiações poderão ser feitas no site: www.sintape.org.br
através das fichas de filiação (Estatutário e Celetista).



Eles querem que a gente morra trabalhando!

GANHAR DA APOSENTADORIA É COMO TIRAR PIRULITO DA BOCA DE CRIANÇA. KKKKKKK



Negociado sobre legislado. Você sabe o que é isso?

Trata-se do PL 4193/2012, em tramitação no Congresso, que acaba com os direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Esse projeto permite que o negociado entre patrão e empregado esteja acima da lei. Isso quer dizer que podem reduzir horário de almoço e aumentar a jornada de trabalho, reduzir salários, acabar com o 13º salário, com as férias e outros direitos.

Aposentadoria: Mais uma paulada no lombo dos trabalhadores

O golpista Temer (que se aposentou com 55 anos) quer instituir a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, igualando homens e mulheres (hoje as mulheres se aposentam com 60 anos) e ir aumentando até a idade mínima ser de 70 anos, acabando, inclusive, com as aposentadorias especiais, como de professores e trabalhadores rurais, prejudicando principalmente os mais pobres, que chegam ao mercado de trabalho muito cedo. Muitos morrerão antes de se aposentar.

Mas a maldade não para aí. A proposta prevê o fim dos aumentos reais das aposentadorias para quem ganha salário mínimo e o fim do repasse integral da inflação para quem ganha mais de um salário mínimo. Todos esses reajustes automáticos, que começaram no governo Lula e continuaram no governo Dilma, vão acabar. Quer mais? Pela proposta deles você só vai poder sacar o seu Fundo de Garantia (FGTS) quando se aposentar.

E a mídia, aliada de Temer, mente descaradamente ao falar em rombo da Previdência. Tratam a Previdência de forma isolada e não dentro do sistema da Seguridade Social, conforme prevê a Constituição, e escondem que a Seguridade tem dinheiro suficiente para bancar as aposentadorias. Mais uma vez querem que os trabalhadores paguem o pato!

Fonte: CUT Nacional

Em Rondônia

Sintape e Asser-PE participam de reunião da Faser



Os diretores do Sintape, Manoel Saraiva, Carlos Vilela, Fernando Pinheiro, George Luiz e a conselheira Fátia Rejane, participaram do encontro

O Estado de Rondônia sediou, em Porto Velho, no período de 27/06 a 1º/07/16, a reunião da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser). A reunião aconteceu em dois momentos. No primeiro, foi realizada a reunião da Direção Colegiada Nacional, que dentre outros assuntos, discutiu as questões administrativas e financeiras da Federação, organizou a agenda para a reunião do Conselho Deliberativo

e definiu os pontos de meta que a Faser deverá priorizar. Definiu-se que as prioridades neste momento são: lutar pela manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA; lutar pelo fortalecimento da Ater; lutar pelos direitos dos trabalhadores da Extensão Rural e promover reuniões regionais em todo país.

O segundo momento foi a reunião do Conselho Deliberativo que contou com a presença de 12 estados. Na abertura da reunião, estiveram presentes várias autoridades do Es-

tado e de nível nacional, destacando-se o diretor técnico da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); o diretor executivo da Associação Brasileira das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); o presidente da Emater-RO; o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia (Faper), além do coordenador-geral da Faser, Carlos Carvalho, que coordenou a sessão de abertura. Em seguida, realizou-se um Painel com os integrantes da mesa e posterior debate com os conselheiros presentes.

Dentre os pontos que se destacaram na sequenciada reunião, pode-se enumerar: apresentação das realizações da Faser nos últimos três (03) meses; discussão sobre a formação do Plano de Trabalho da Federação; apresentação da minuta do Plano de Formação Sindical; relato de partições no Condraf, no Comitê de Ater, na Conferência Nacional de Ater

– 2ª CNATER, e na reunião da Asbraer.

Outro momento importante na reunião foi o Relato dos Estados onde foram apresentados os pontos positivos e negativos, as ameaças, as perspectivas e as oportunidades das instituições de Ater, bem como dos sindicatos e das associações que integram a Federação.

Na sequência, os integrantes do Conselho Fiscal apresentaram a análise das contas da Faser recomendando sua aprovação. As contas foram aprovadas por unanimidade.

Destaca-se ainda a visita que foi realizada à Emater-RO, com excelente acolhida e o papel do Sindicato de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater-RO) no apoio em todos os momentos da reunião e nas atividades sociais e de lazer. Representaram o Sintape e a Asser-PE, os diretores e associados Manoel Saraiva, Fernando Pinheiro, Fátia Rejane, George Luiz e Carlos Vilela.

São João

Sindicato e Associação promovem festa junina

Seguindo a tradição anual, Sintape e Asser-PE, juntos, apoiaram e ajudaram a promover o São João de várias Estações Experimentais e Gerências Regionais do IPA, localizadas no interior do Estado.

Diversos diretores estiveram presentes em alguns locais participando e se confraternizando com os associados e familiares, nesse momento de alegria, descontração e reconhecimento a uma das festas

mais tradicionais do povo nordestino.

Do mesmo modo, uma bonita festa foi promovida em Recife, contando com a participação de associados, familiares, prestadores de serviços e convidados das instituições que compõem a base sindical: IPA, Perpart, Sara, CPRH, Apac e Adagro. Comidas típicas e bebidas, além de um excelente Trio Pé de Serra, fizeram a alegria dos presentes.



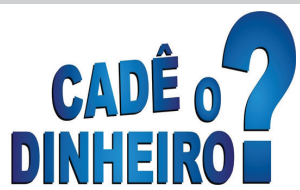
Vocês são TODOS convidados para festança num Arraiá danado de bom !!
Próximo dia 17/06/2016 (sexta-feira), às 14:00 hs
Casa de Eventos Leticia Vitória
(Rua: Desembargador Francisco Luiz nº 134, ao lado do Restaurante Rei da Charque, Cordeiro).
Vai participá home, mulé e minino, prá gente forrozá !!! Cum alegria, num momento de integração.

SINTAPE e ASSER-PE

■ **PERPART SEM DIREÇÃO?**

É mesmo inacreditável, a Perpart, órgão da Secretaria de Administração já teve em menos de dois anos, três diretorias, isso para nós é algo singular, ou simplório? O que tem de tão pertinente na administração dessa Empresa para o governo do estado? No entanto, o que mais chamou a atenção do corpo funcional da Parpart, foi o fato de a mesma ter ficado quase sessenta dias sem ter o seu diretor presidente. Se por um lado essa mesma Empresa ce-deu; um controlador geral, um secretário de finanças à Prefeitura e um secretário da Fazenda, por que razão ficou tanto tempo sem seu dirigente máximo? Não deveria ser o contrário? Perguntar não faz mal!!!!!!!

■ **CADÊ O DINHEIRO DO IPA?**



Chamou muito a atenção o relatório de atividades do ano de 2015 do IPA apresentado ao Conselho de Administração. Naquele ano, o IPA tinha um orçamento previsto de cerca de R\$ 218 milhões, mas em virtude do programa de contenção de despesas implementado pelo Governo do Estado, o IPA se destacou pelas medidas implementadas e a economia gerada. Fato notório é quando verificamos o valor executado no ano citado. Mais

de R\$ 80 milhões que não foram liberados pelo Governo, deixaram de ser aplicados nas ações finalísticas da Empresa. E o que isso gerou? Ou melhor, o que isso provocou? Não precisamos ir muito longe para perceber! O Governo do Estado economizou mais de setecentos milhões em 2015, mas por outro lado, já temos alertado! O arrocho financeiro do Estado, torna o Estado cada vez mais ausente!

■ **APAC E CPRH CLAMAM POR SEGURANÇA!**



Diante da violência ocorrida na sede da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH), no dia 25 de abril, do corrente ano, quando assaltantes tomaram a arma de um vigilante e atiraram em outro, acertando-o de raspão, e também na Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac), que vem sofrendo com a ação de bandidos e pichações na sua sede, o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (Sintape) vem a público expressar sua preocupação com o risco que vem passando o corpo funcional, os prestadores de serviços e os usuários e visitantes das duas instituições, com a falta de segurança.

Na CPRH, o vigilante só não sofreu maior impacto porque a bala atingiu e destruiu a porta de vidro que dá acesso à sede dainstituição. Caso con-



trário, poderia ter perdido a vida. A situação vivenciada na CPRH não é um fato isolado, já que outros casos foram registrados em outras ocasiões. No ano passado, homens armados conseguiram entrar na sede da Agência na intenção de assassinar um comparsa que procurou refúgio nas instalações da instituição. Há aproximadamente 30 dias, o vigilante do estacionamento da CPRH reagiu, com tiro, contra a tentativa de assaltantes que queriam roubar sua arma.

No final de 2015, o prédio da Apac teve sua fachada frontal pichada por vândalos. Preocupado com a segurança dos trabalhadores da Agência, a diretoria do Sintape se reuniu com o diretor-presidente em exercício do órgão, Gustavo Abreu, solicitando providências que assegurassem aos servidores o mínimo de proteção. No local, foi verificado que os janelões não tinham grades de proteção e não existiam câmeras de segurança, facilitando o ingresso de pessoas estranhas no prédio.

Estes casos refletem o quanto os servidores e empregados, assim como as pessoas que prestam serviços à CPRH e Apac, são alvos permanentes de tentativas de assaltos, diversas vezes consolidados nas ruas circunvizinhas ao órgão, havendo, inclusive, registro do furto de veículos.

■ **SINTAPE PEDE PROVIDÊNCIAS**

Na época, o Sintape oficializou documento à Apac, apresentando um conjunto de medidas que minimizariam os problemas e, ao mesmo tempo, cobrando ações que haviam sido discutidas. Nada foi feito até agora e a situação de fragilidade do órgão continua.

Neste contexto, o Sintape compreende que o estágio de violência nas entidades e em suas proximidades demonstra, antes de tudo, a falência da política de segurança pública implantado pelo Governo do Estado nos últimos anos, a qual não oferece condições de tranquilidade para a população pernambucana, que vive em constante risco da ação dos marginais.

Do ponto específico da CPRH, verifica-se a necessidade de que a diretoria da Agência e o próprio Governo do Estado assumam a responsabilidade em garantir segurança a todos que trabalham e/ou compareçam ao órgão, tanto no seu âmbito interno como nas ruas próximas e, para tanto, sugere uma reavaliação do contrato com a empresa de vigilância atual, visando ampliar os serviços prestados, incluindo usos de equipamentos como sensores, bem como aumentar a atuação da Polícia Militar na área, notadamente, no início da manhã, no intervalo do almoço e no final do expediente da tarde.